



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

CONSELHO SUPERIOR DO IFSC

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 19 de junho de 2013

1 Aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e treze, na rua Quatorze de Julho, nº 150, bairro
2 Coqueiros, no Auditório da Reitoria, reuniu-se o Conselho Superior do Instituto Federal de Santa
3 Catarina, sob a presidência da Magnífica Reitora prof. Maria Clara Kaschny Schneider. Estavam
4 presentes os seguintes conselheiros: Francisco José Montório Sobral, representante suplente do
5 Ministério da Educação – MEC; Rosângela Marcos Fêlix, representante suplente da Secretaria de
6 Educação do Estado de Santa Catarina – SED, (justificou sua ausência); Sérgio Luiz Gargioni,
7 representante da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina – FAPESC; Norberto
8 Dias, representante suplente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC;
9 Alessandra Tagliari Caetano da Silva, representante da Federação da Agricultura do Estado de Santa
10 Catarina – FAESC; Fabrício de Souza Albino, representante da Nova Central Sindical de Santa
11 Catarina – NCSTSC, (justificou sua ausência); Anna Júlia Rodrigues, representante da Central Única
12 dos Trabalhadores do Estado de Santa Catarina – CUTSC, (justificou sua ausência); Dalton Luis
13 Ventura, representante dos egressos do IFSC, (justificou sua ausência); César Norberto Rihl de
14 Azambuja, representante dos egressos do IFSC, (justificou sua ausência); Widomar Pereira Carpes
15 Júnior, representante dos diretores gerais; Erci Schoenfelder, representante dos diretores gerais; Maria
16 Bertília Oss Giacomelli, representante dos diretores gerais; Raquel Matys Cardenuto, representante
17 suplente dos diretores gerais; Clodoaldo Machado, representante dos docentes; Marcos Araquem
18 Scopel, representante dos docentes; Cleverson Tabajara Vianna, representante dos docentes; Berenice
19 da Silva Junkes, representante dos docentes; Aparecida Rocha Gonçalves, representante dos técnico-
20 administrativos; Cedenir Buzanelo Spillere, representante dos técnico-administrativos; Eliana
21 Cristina Bar, representante dos técnico-administrativos; Joana Alexandrina, representante dos
22 discentes, (justificou sua ausência); Emanuel Luiz Flores da Silva, representante dos discentes;
23 Fernando Topal Ramthun, representante dos discentes; Guerrando Palei Júnior, representante dos
24 discentes. Como convidados estavam presentes: Golberi de Salvador Ferreira, Pró-Reitor de Extensão
25 e Relações Externas; Elisa Flemming Luz, Pró-Reitora de Administração; Daniela de Carvalho
26 Carrelas, Pró-Reitora de Ensino; André Soares Alves, Diretor de Assuntos Estudantis; Paulo Roberto
27 Wollinger, Diretor de Ensino; Fabiana Mortimer Amaral, Diretora de Extensão. A presidente, prof.
28 Maria Clara Kaschny Schneider, iniciou a reunião cumprimentando os conselheiros presentes.

29 **Pauta:** 1. Aprovação de ata; 2. Informes; 3. Apreciação de resoluções *ad referendum*; 4. Autorização
30 de afastamento do país para a Reitora; 5. Comissão de ética – prestação de contas; 6. Aprovação do
31 Regimento Interno do CDP e do CEPE; 7. Apreciação da Proposta Orçamentária 2014; 8. Apreciação
32 da resolução sobre atividades de extensão; 9. Aprovação de cursos; 10. Assistência Estudantil;
33 11. Institucionalização da EAD. **Ordem do dia: 1- Aprovação de atas:** Foram aprovadas as atas das
34 reuniões de 25/03/2013 e 17/04/2013 e assinadas pelos conselheiros. **2- Informes:** A presidente, prof.
35 Maria Clara, informou: **a)** O prof. Nicanor Cardoso solicitou exoneração do cargo de Diretor Geral
36 do Câmpus São José a partir de 1º/08/2013, por motivos pessoais, e solicitou a concessão de licença
37 para tratar de interesses particulares. Será necessária a realização de um processo de consulta a
38 comunidade para escolha do novo diretor que cumprirá o mandato até dezembro de 2015. O processo
39 deverá acontecer no prazo de 90 dias, a contar da data da exoneração, e alguns encaminhamentos
40 serão feitos por meio de resolução *ad referendum* para cumprir o prazo. Durante esse período
41 assumirá interinamente o prof. Marcílio Lourenço da Silva, atual Diretor de Ensino do Câmpus. Em
42 virtude da exoneração do diretor, na próxima reunião do Colégio de Dirigentes será escolhido um
43 novo representante para o Consup. **b)** Foi publicada a Portaria 491/MEC que cria o Conselho
44 Permanente de Reconhecimento de Saberes e Competências. Esse Conselho vai estabelecer as
45 diretrizes para todos os institutos federais e o Conselho Superior de cada instituição será responsável
46 pela regulamentação e o encaminhamento para a homologação do processo, que será feita pelo
47 CRSC. Em relação ao tema da ascensão ao cargo de professor titular existem ainda diferenças, pois
48 envolve os institutos federais e as universidades e causa impacto direto nas instituições e no MEC,
49 tendo em vista que há muitos professores que cumprem os requisitos. **c)** Na última reunião do CONIF
50 foi discutida a questão da Matriz Orçamentária 2014 e existem ainda indefinições. Houve cobrança
51 aos reitores em relação ao Programa Esplanada Sustentável e reiterada a posição do MEC em
52 incrementar e viabilizar investimento em equipamentos e obras. Serão realizadas reuniões do Colégio
53 de Dirigentes e dos chefes DAM para reforçar as diretrizes e a necessidade de atuação em rede. O
54 Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas, Golberi de Salvador Ferreira, informou que a minuta da
55 Política de Comunicação está disponível no fórum e será ponto de pauta da próxima reunião.
56 Destacou que o objetivo principal é nortear as ações do relacionamento externo e interno do IFSC,
57 referentes à comunicação. A conselheira Berenice da Silva Junkes informou que participou de 03 dias
58 de reunião sobre a revisão da Resolução 13/2008, destacou que no dia 10/07 será realizada a 1ª
59 consulta pública e solicitou que o documento seja visto como um ponto de partida para atender as
60 necessidades do IFSC. A conselheira ressaltou que ainda faltam na comissão os membros do CEPE
61 que serão eleitos e tomarão posse em julho. A conselheira Aparecida Rocha Gonçalves informou que
62 foi formado um grupo de trabalho para discutir uma proposta de resolução para os servidores técnico-
63 administrativos - TAE's com a participação apenas do Colégio de Dirigentes. Sugeriu que fosse
64 apresentado um cronograma de discussão e que houvesse a participação dos servidores TAE's. A
65 presidente, prof. Maria Clara, ressaltou que o tema foi tratado no Codir inicialmente e já há proposta

66 de discussão semelhante à da revisão da Resolução 13/2008. Com relação à composição do GT, o
67 Codir está aguardando a definição dos novos membros da CIS e do CEPE, após a eleição e posse, e a
68 indicação desses servidores, para promover a articulação e a participação do segmento que é
69 fundamental nesse processo. **3- Apreciação de resoluções ad referendum:** Foram submetidas à
70 apreciação as seguintes resoluções: **a)** Resolução 12/2013 - Aprova, *ad referendum*, a alteração do
71 Regimento Geral do IFSC; e Resolução 13/2013 - Aprova, *ad referendum*, a retificação do edital para
72 escolha dos representantes do Consup, CEPE, CDP e CPA: a alteração do Regimento Geral e a
73 retificação do edital foram necessárias em razão da adequação à Portaria nº 2.519/MEC de
74 15/07/2005 que determina o mandato de 03 anos aos membros da CIS. **b)** Resolução 14/2013 -
75 Aprova, *ad referendum*, a retificação e a prorrogação do edital para escolha dos representantes do
76 Consup, CEPE, CDP e CPA: em virtude de não haver candidatos suficientes para o processo eleitoral,
77 prorrogou-se o prazo de inscrições. **c)** Resolução 15/2013 - Homologa, *ad referendum*, como eleito o
78 candidato ao cargo de diretor geral do Câmpus Araranguá: com o objetivo de cumprir o prazo legal
79 do processo de consulta para o cargo de diretor geral, foi homologado o resultado das eleições no
80 Câmpus Araranguá. **d)** Resolução 16/2013 - Aprova, *ad referendum*, a revisão do Plano Diretor de
81 Tecnologia da Informação 2013 do IFSC: a Reitora esclareceu que na aprovação do PDTI ficaram
82 pendentes as inconsistências relacionadas às necessidades dos câmpus. Alguns câmpus apresentaram
83 um orçamento de TI superior ao seu próprio orçamento total. Foi necessário um prazo maior para a
84 análise das inconsistências e os ajustes no documento, para se ter uma proposta coerente com o
85 câmpus e a rede IFSC, e coerente com a legislação vigente. O Comitê de TI está trabalhando para que
86 as ações estejam em conformidade com o planejamento, que é uma prerrogativa legal, mas é também
87 o objetivo da instituição. O conselheiro Cleverson Tabajara Vianna questionou se o PDTI contempla a
88 aquisição de um sistema acadêmico e argumentou que o PDTI deveria ter uma discussão mais
89 aprofundada no Consup. A Reitora destacou que o PDTI foi elaborado pelo Comitê de TI que, além
90 das questões técnicas, considera as questões estratégicas da instituição, tendo em vista a sua
91 composição. O conselheiro Cleverson Tabajara Vianna se posicionou contrário à aprovação da
92 Resolução 16/2013. **e)** Resolução 17/2013 - Suspende, *ad referendum*, o Calendário Eleitoral para
93 escolha dos representantes do Consup, CEPE, CDP e CPA: em razão das manifestações públicas na
94 cidade de Florianópolis, considerou-se conveniente adiar a data das eleições a fim de garantir a
95 participação de todos os servidores no processo. **Encaminhamento:** Foram referendadas pelos
96 conselheiros as resoluções 12, 13, 14, 15, 16 e 17/2013, com a ressalva de um voto contrário do
97 conselheiro Cleverson Tabajara Vianna à resolução 16/2013. **4- Autorização de afastamento do país
98 para a Reitora:** A presidente, prof. Maria Clara, informou que foi convidada a participar da
99 delegação do MEC que representará o Brasil no evento WordSkills na cidade de Leipzig, Alemanha e
100 solicitou ao Consup a autorização para o afastamento. Ressaltou que estará representando a região sul
101 e outros 04 reitores dos institutos federais estarão representando as demais regiões do Brasil. O
102 Diretor de Desenvolvimento da SETEC, Aléssio Trindade de Barros, representará o Ministro de

103 Educação. O evento acontecerá de 02 a 07 de julho e o período de afastamento será de 1º a 09/07. As
104 despesas serão custeadas pela CNI. A Reitora destacou que já declinou de outros convites, por não
105 considerar oportuna a sua saída naquele momento, devido ao contexto da instituição. Entretanto,
106 considera fundamental a participação do institutos federais nesse evento, tendo em vista os programas
107 de intercâmbio que estão sendo desenvolvidos. **Encaminhamento:** O Conselho Superior do IFSC
108 autorizou o afastamento do país à Reitora. **5- Comissão de ética – prestação de contas:** A presidente
109 da Comissão de Ética, Gleicy Corrêa Nunes Marques, informou que a portaria de constituição foi
110 publicada em maio de 2012, mas somente em outubro de 2012 iniciaram efetivamente as atividades
111 da comissão, em virtude da greve dos servidores na instituição. A presidente, Gleicy Marques,
112 destacou que a atual comissão percebeu a necessidade de capacitação, que foi realizada pelo grupo
113 em novembro de 2012, e também a necessidade dos servidores do IFSC conhecerem mais sobre o
114 tema. Em seguida, apresentou uma tabela com os processos repassados pela comissão anterior e os
115 analisados pelo grupo. Destacou que a comissão tem caráter preventivo e educativo e realiza um
116 trabalho autônomo, estando subordinada somente à Comissão de Ética Pública. Os conselheiros
117 questionaram sobre o tipo de processos que são encaminhados à Comissão e solicitaram a
118 identificação por câmpus. Gleicy Marques informou que a identificação não seria possível, devido ao
119 pequeno número de processos, o que poderia comprometer o sigilo das atividades. O conselheiro
120 Fernando Topal Ranthum questionou se a comissão analisa também os casos de conflito entre
121 professor e aluno. Informou-se que o núcleo pedagógico é responsável por assuntos que envolvem a
122 relação aluno e servidor. Gleicy informou que a comissão só dará algum encaminhamento se o fato
123 extrapolar a relação entre servidores, ou seja, no âmbito do conflito, e destacou que a comissão não
124 tem caráter punitivo. O conselheiro Marcos Araquem Scopel solicitou que a comissão visite os
125 câmpus e oriente os servidores sobre o trabalho da Comissão de Ética. **Encaminhamento:** Os
126 conselheiros solicitaram à comissão que divulgue o seu trabalho e promova ações para que os
127 servidores se apropriem do tema sobre ética. **6- Aprovação do Regimento Interno do CDP e do**
128 **CEPE:** A presidente, prof. Maria Clara, esclareceu que, considerando que já houve uma discussão
129 prévia, os documentos seriam submetidos à aprovação. A conselheira Aparecida Rocha Gonçalves
130 questionou sobre a relação das comissões, CIS e CPPD, com o colegiado, CDP, destacando que a lei
131 cria as comissões e não faz nenhuma referência ao colegiado. Ressaltou que o novo regimento dispõe
132 sobre as atribuições do colegiado e questionou sobre a necessidade de elaboração de regimentos
133 próprios para as comissões, tendo em vista a legalidade de atuação. A Pró-Reitora de Administração e
134 Presidente do CDP, Elisa Flemming Luz, destacou que as comissões integram o colegiado e as suas
135 atribuições estão descritas no novo regimento interno, com base na legislação vigente e informou que
136 verificará a questão apresentada junto aos membros eleitos de cada comissão e se houver
137 necessidade, por exigências legais, serão elaborados os regimentos e submetidos à aprovação do
138 Conselho Superior. A conselheira Aparecida solicitou algumas alterações: a) no artigo 6º, incluir as
139 competências do CDP, conforme o artigo 17 do Regimento Geral; b) no artigo 9º inciso V, destacou

140 que comparecer nas reuniões não é uma atribuição, mas uma obrigação; c) incluir no documento o
141 artigo 5º da minuta do Regimento do CEPE, que dispõe sobre a perda do mandato dos membros; d)
142 no artigo 11, alterar a referência para o artigo 09 em vez do artigo 12; d) alterar a redação do artigo
143 15, incluindo possibilidade de convocação extraordinária também pelos membros do CDP. Não foram
144 solicitadas alterações no Regimento do CEPE. **Encaminhamento:** Os regimentos internos do CDP e
145 do CEPE foram aprovados com as alterações propostas pelos conselheiros. **7- Apreciação da**
146 **Proposta Orçamentária 2014:** A Reitora solicitou a retirada do ponto de pauta, esclarecendo que na
147 reunião do CONIF o tema foi debatido e ainda há indefinições. Dessa forma, considerou mais
148 coerente aguardar as orientações para não ter que rever os encaminhamentos dados no IFSC.
149 **Encaminhamento:** O tema foi retirado da pauta. **8- Apreciação da resolução sobre atividades de**
150 **extensão:** A Diretora de Extensão, Fabiana Mortimer Amaral, apresentou as justificativas para a
151 elaboração do documento, destacando que a regulamentação existente sobre a extensão e, em vigor,
152 se trata de uma deliberação aprovada somente pelo CEPE e traz questões referentes a distribuição de
153 carga horária docente. Explicou que a nova proposta tem por princípio conceituar a extensão, apontar
154 as diretrizes institucionais e definir as atividades de extensão, segundo a Lei 11.892/2008 e o plano
155 nacional de extensão. Destacou que os fluxos de registro e acompanhamento das atividades serão
156 definidos por instrução normativa e o programa de apoio a projetos e a questão da carga horária serão
157 tratados em resolução específica. Além disso, explicou como foram os trâmites de elaboração e
158 apreciação da minuta nos demais fóruns até chegar à apreciação do Conselho Superior. Os
159 conselheiros solicitaram algumas alterações: no artigo 3º, substituir “terão como perspectivas algum
160 dos seguintes princípios” por “terão como princípios”; no artigo 10, substituir “distribuição de carga
161 horária das atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFSC, conforme resolução vigente do IFSC.”
162 por “a composição da carga horária obedecerá à regulamentação da distribuição de carga horária,
163 conforme resolução vigente do IFSC.” **Encaminhamento:** A resolução que regulamenta as atividades
164 de extensão no IFSC foi aprovada com as alterações propostas pelos conselheiros. **9- Aprovação de**
165 **cursos:** A Pró-Reitora de Ensino, Daniela de Carvalho Carrelas, apresentou o parecer do CEPE sobre
166 a proposta de criação dos cursos técnicos em Agroindústria e Fabricação Mecânica do Câmpus
167 Xanxerê, destacando que a oferta inicial será de 40 vagas, conforme decisão do Consup. Apresentou
168 também o parecer sobre a criação do curso técnico em Análises Químicas do Câmpus Lages, com
169 oferta de 40 vagas. Os conselheiros questionaram sobre o fato de haver no quadro de docentes
170 somente um químico e se há um documento formal, ofício ou carta, que formalize a demanda. A
171 conselheira e Diretora do Câmpus Lages, Raquel Matys Cardenuto, informou que para a criação do
172 projeto do curso houve a união da área de biotecnologia e portanto não há necessidade de contratação
173 de pessoal. Com relação à demanda, foi realizado um estudo prévio e ressaltou-se que todos os
174 câmpus estão fazendo pesquisas para verificar a necessidade de oferta dos cursos. Foi questionado
175 também sobre a escolha pelo curso de Análises Químicas e não por Técnico em Química e a
176 justificativa foi a de já haver oferta na área, e da especificidade que é a demanda da região. Os

177 conselheiros destacaram também a necessidade de dar atenção especial à questão da evasão e da
178 empregabilidade dos egressos, e que esses aspectos devem ser considerados na elaboração dos
179 projetos de cursos da instituição. **Encaminhamento:** Os conselheiros aprovaram os cursos técnicos
180 em Agroindústria e Fabricação Mecânica do Câmpus Xanxerê e Análises Químicas do Câmpus
181 Lages. **10- Assistência Estudantil:** O conselheiro Fernando Topal Ranthum questionou sobre os
182 critérios de concessão do auxílio vulnerabilidade, ou seja, que tipo de aluno é contemplado com o
183 benefício. Alguns conselheiros declararam que há casos de distorção da concessão do benefício nos
184 câmpus. Outros conselheiros relataram que a seleção é feita conforme os documentos apresentados e
185 que o processo é recente, está em implantação, e em alguns câmpus está funcionando bem. Mas
186 argumentaram que é necessário um acompanhamento direto dos gestores e dos servidores envolvidos
187 para garantir a eficiência do programa. O Diretor de Assuntos Estudantis, André Soares Alves,
188 informou que é difícil ter controle total da situação, pois não há um sistema que faça o cruzamento de
189 dados sobre percepção de bolsas. Destacou que para participar do programa de assistência estudantil,
190 o aluno entrega a documentação exigida e os servidores fazem a análise documental para a concessão
191 e depois o acompanhamento. Entretanto no momento há somente 06 profissionais trabalhando na
192 implantação do programa e é necessária a contratação de mais profissionais da área. Explicou que já
193 houve casos de denúncia e se confirmados os alunos deixam de receber o benefício. Ressaltou que é
194 necessário moralizar e tornar o programa mais eficiente, com o uso de um sistema acadêmico e
195 administrativo integrados para o uso das informações. A conselheira Eliana Cristina Bar informou
196 que o grupo de servidores que atua na área está tentando compor a política de assistência estudantil
197 na instituição e está fazendo o possível para melhorar, e destacou que o programa não deve ser
198 avaliado pela exceção, ou seja, aqueles que recebem o benefício de forma errada, mas sim pela
199 realidade dos alunos que precisam e estão sendo atendidos. A conselheira Aparecida Rocha
200 Gonçalves relatou que o IFSC foi ousado em 2010 em querer ter uma política de assistência
201 estudantil na instituição, mas representou um avanço em termos de reconhecer a assistência estudantil
202 como um direito do aluno: a instituição além de dar oportunidade de acesso precisa dar condições
203 para a continuidade da formação. Destacou que os casos específicos devem ser denunciados e que a
204 assistência estudantil não é só o benefício vulnerabilidade, é um mundo de ações. A Presidente
205 destacou que o CONIF vai solicitar a alteração do decreto ou a publicação de nova regulamentação
206 para melhor viabilizar os programas. Ressaltou que o IFSC avançou muito e está trabalhando para ser
207 mais eficiente e os problemas não são justificativas para retroceder. **Encaminhamento:** O tema foi
208 apreciado com o objetivo de esclarecimento aos conselheiros. **11- Institucionalização da EAD:** A
209 Pró-Reitora, prof. Daniela, esclareceu que o tema sobre a institucionalização da EaD está sendo
210 debatido na instituição desde o ano passado. Nesse ano, foi realizado em março o seminário sobre
211 EaD que contou com a participação de servidores dos diversos câmpus e também foram realizadas
212 visitas técnicas nos câmpus para apresentar o modelo de EaD do IFSC, segundo a proposta da
213 PROEN, que prevê uma estrutura de centro de formação para qualificação dos servidores e está

214 tramitando no CEPE para análise técnica. A presidente, prof. Maria Clara, destacou que nesse
215 momento o que está sendo submetido ao Conselho Superior é a proposta de uma necessidade pontual
216 que é a criação do Núcleo de Educação à Distância – NeaD nos câmpus, ou seja, em vez de ofertar
217 nos polos municipais ou estaduais, utilizar o câmpus como polo, e ressaltou que essa decisão não tem
218 impacto na escolha do modelo de EaD que será utilizado no IFSC, pois os modelos em análise
219 preveem essa estrutura. O conselheiro Cedenir Buzanelo Spillere questionou se a estrutura física e de
220 pessoal será comum ao câmpus e solicitou que essa condição estivesse explícita na resolução. A
221 conselheira Aparecida Rocha Gonçalves destacou que a preocupação dos membros do CEPE é
222 esclarecer que não é uma estrutura paralela. Os conselheiros sugeriram alterar, no artigo 2º, a
223 expressão “que oferecerá a estrutura física”, por “constando de estrutura física”. O conselheiro Erci
224 Schoenfelder explicou que concorda que o polo seja no câmpus e questionou sobre a questão da
225 oferta dos cursos e sobre o repasse dos recursos orçamentários. A pró-reitora Daniela informou que a
226 proposta sobre a distribuição do orçamento será discutida no Colégio de Dirigentes. A Presidente
227 ressaltou que a aprovação da resolução não interfere no modelo que será adotado e que o CEPE está
228 fazendo a análise das propostas com base nos debates realizados desde 2012. Os conselheiros
229 questionaram sobre o fato do coordenador de curso ser indicado pelo diretor do câmpus e sugeriram
230 que fosse escolhido conforme as diretrizes institucionais. Questionaram também se o Consup está
231 envolvido no debate da EaD. A Presidente esclareceu que o debate está no CEPE e o processo de
232 institucionalização da EaD será discutido sim no Consup e solicitou que todos se aprofundem no
233 tema. **Encaminhamento:** Os conselheiros aprovaram a resolução de criação dos NeaD's, com as
234 alterações propostas. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Superior, prof. Maria
235 Clara Kaschny Schneider, declarou encerrada a reunião da qual eu, Adriana Braga Gomes, Secretária
236 deste Conselho, lavrei a presente ata, que dato e assino, após assinada pela presidente e pelos demais
237 membros presentes.

MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER
Presidente do Conselho Superior

FRANCISCO JOSÉ MONTÓRIO SOBRAL
Representante suplente do MEC

(justificou a ausência)
ROSÂNGELA MARCOS FÊLIX
Representante suplente da SED

SÉRGIO LUIZ GARGIONI
Representante suplente da FAPESC

NORBERTO DIAS
Representante suplente da FIESC

ALESSANDRA TAGLIARI CAETANO DA SILVA
Representante da FAESC

(justificou a ausência)
ANA JÚLIA RODRIGUES
Representante da CUT SC

(justificou a ausência)_____
FABRÍCIO DE SOUZA ALBINO
Representante da NCST SC

(justificou a ausência)
DALTON LUIS VENTURA
Representante dos egressos

(justificou a ausência)_____
CESAR NORBERTO RIHL DE AZAMBUJA
Representante dos egressos

WIDOMAR PEREIRA CARPES JÚNIOR
Representante dos diretores gerais

ERCI SCHOENFELDER
Representante dos diretores gerais

MARIA BERTÍLIA OSS GIACOMELLI
Representante dos diretores gerais

RAQUEL MATYS CARDENUTO
Representante suplente dos diretores gerais

CLODOALDO MACHADO
Representante dos docentes

MARCOS ARAQUEM SCOPEL
Representante dos docentes

CLEVERSON TABAJARA VIANNA
Representante dos docentes

BERENICE DA SILVA JUNKES
Representante dos docentes

APARECIDA ROCHA GONÇALVES
Representante dos técnico-administrativos

ELIANA CRISTINA BAR
Representante dos técnico-administrativos

CEDENIR BUZANELO SPILLERE
Representante dos técnico-administrativos

(justificou a ausência)_____
JOANA ALEXANDRINA
Representante dos discentes

EMANUEL LUIZ FLORES DA SILVA
Representante dos discentes

GUERRANDO PALEI JUNIOR
Representante dos discentes

FERNANDO TOPAL RAMTHUN
Representante dos discentes

ADRIANA BRAGA GOMES
Secretária do Conselho Superior